

40 VÍCIOS MAIS COMUNS NAS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DIRETAS – COMO EVITAR, QUANDO SANEAR E COMO RESOLVER DE ACORDO COM OTCU

Regime da Lei nº 8.666/1993 e
comentários sobre as novidades
da nova Lei

12 A 16 / ABRIL / 2021

O Curso

Uma estratégia para prevenir a ocorrência de vícios no processo de contratação pública é conhecer, antecipadamente quais são os principais e os mais frequentes.

Além de evitá-los, o agente público precisa identificar quais vícios podem ser corrigidos pelo saneamento e quais levam à nulidade, no todo ou em parte, do procedimento. Saber de tudo isso permite que o agente público contrate com mais eficiência e resguarde-se de eventuais responsabilizações por decisões equivocadas.

Destacamos os vícios recorrentes no planejamento e no julgamento das licitações, inclusive por SRP, que serão discutidos de acordo com o regime atual (Lei nº 8.666/1993, Lei do Pregão, Decreto nº 10.024/2020), sem deixar de comentá-los conforme a disciplina e as novidades da nova Lei de Licitações – PL nº 4.253/2020, já aprovado no Senado e em vias de ser sancionado pelo Presidente da República.

Saiba como evitar, quando sanear e como resolver vícios e falhas nas licitações, com atenção especial para as orientações e as recomendações do TCU.

Importante

São reiterados os acórdãos do TCU que determinam a obrigação da Administração de instituir plano contínuo para capacitação e atualização dos servidores que atuam na área de licitações e contratos. Nesse sentido, o TCU determinou a “adoção de programa continuado de treinamentos dos profissionais que atuam na área e em outras unidades correlatas, inclusive quanto ao correto uso dos sistemas operacionais aplicáveis;” (Acórdão nº 1.007/2018 – Plenário).

[Clique e confira vários precedentes sobre o tema.](#)

Programação:



DATA DE REALIZAÇÃO

12 a 16 de
ABRIL
de 2021



CARGA HORÁRIA

15 horas



HORÁRIOS

15h às 18h

As aulas terão duração diária de três horas, sendo aproximadamente 2h de apresentação, um intervalo de 15 minutos e até 1h para responder perguntas.



REPLAY

As aulas poderão ser assistidas por até 7 dias após sua realização.

Esta capacitação permitirá a você:

- Identificar os principais vícios no planejamento da licitação e na condução da fase externa e do julgamento do pregão, bem como nos processos de contratação direta, dominando as boas práticas para evitá-los e conduzindo o saneamento e as correções de falhas conforme os respectivos limites.
- Entender as repercussões desses vícios no planejamento das contratações e no julgamento dos pregões, bem como nas dispensas e inexigibilidades de acordo com a Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 10.520/2002, o Decreto nº 10.024/2020, com destaque para novidades pontuais da nova Lei de Licitações.
- Estudar e debater os vícios mais comuns das licitações e das contratações diretas com grandes especialistas no assunto.
- Conhecer os principais entendimentos e as recomendações do TCU e dos tribunais superiores sobre esses assuntos.
- Aplicar boas práticas para planejar e conduzir licitações com mais eficiência e afastar apontamentos e responsabilizações pelos órgãos de controle.

Quem deve participar?

Pregoeiros e equipe de apoio, membros do departamento de compras, fiscais e gestores de contratos, assessores e procuradores jurídicos, advogados, auditores, profissionais dos controles interno e externo e demais agentes públicos envolvidos no planejamento e no julgamento das licitações de compras e serviços.

Destaques do conteúdo

Identificação dos vícios e as consequências no procedimento –
Entendimentos do Judiciário e do TCU – LINDB e a Lei de Licitações

Vícios mais comuns no planejamento da licitação – Regime
atual e novidades pontuais da nova Lei de Licitações

- Escolha da solução e da modelagem de contratação que melhor atende à necessidade administrativa
- Definição do objeto
- Exigência de amostra
- Reunião do objeto em lotes e divisão em itens
- Estudo Técnico Preliminar (ETP)
- Pesquisa de preços de mercado de acordo com a IN nº 73/2020 e elaboração de planilhas

Vícios mais comuns na fase externa e no julgamento do pregão –
Regime atual e novidades pontuais da nova Lei de Licitações

- Defeitos na proposta e nos documentos de habilitação
- Requisitos técnicos exigidos no edital X Descrição do objeto/serviço na proposta comercial – Divergência – Disciplina do Decreto nº 10.024/2019
- Falta da indicação da marca na proposta comercial
- Propostas alternativas – Indicação de duas marcas e dois preços – Procedimento
- Número de correções aceitáveis na planilha de preços do vencedor
- Saneamento da planilha de custos X Alteração de preços unitários e global – Regras da IN nº 05/2017
- Falta ou falha nos documentos de habilitação
- Diligências

Vícios mais comuns no SRP – Regime atual e novidades pontuais da nova Lei de Licitações

- Cabimento do SRP
- SRP para contratação de obra
- Formalização de ata por dispensa ou inexigibilidade
- Aquisição de apenas um item de um lote registrado na ata
- Realizar licitação X Aderir a uma ata de SRP
- Exigências e formalidades para a adesão
- Análise de legalidade pela assessoria jurídica para a adesão à ata

Vícios mais comuns nos processos de contratação direta – Regime atual e novidades pontuais da nova Lei de Licitações

- Dispensa pelo valor e parcelamento indevido
- Dispensa por emergência
- Rescisão e a contratação de remanescente de obras, serviços e fornecimentos
- Inexigibilidade com fornecedor/prestador exclusivo
- Inexigibilidade – Serviço técnico especializado, singular, prestado por profissional/empresa notoriamente especializado
- Formalização da dispensa e da inexigibilidade
- Justificativa do preço na dispensa e na inexigibilidade

Os professores



Gustavo Henrique Carvalho Schiefler

Advogado. Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre e graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisador visitante no Max-Planck-Institut für Ausländisches und Internationales Privatrecht. Educação Executiva pela Harvard Law School (Program on Negotiation). Integra a equipe de consultores externos da Zênite Informação e Consultoria S.A. Autor da obra *Procedimento de manifestação de interesse – PMI* (Lumen Juris, 2014). Coautor da obra *Contratação de serviços técnicos especializados por inexigibilidade de licitação pública* (Zênite, 2015).



Joel de Menezes Niebuhr

Advogado inscrito na OAB/SC sob o nº 12.639. Doutor em Direito Administrativo pela PUC/SP. Mestre em Direito pela UFSC. Professor Convidado de cursos de especialização em Direito Administrativo. Autor dos livros: *Princípio da isonomia na licitação pública* (Florianópolis: Obra Jurídica, 2000); *O novo regime constitucional da medida provisória* (São Paulo: Dialética, 2001); *Dispensa e inexigibilidade de licitação pública* (3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011); *Pregão presencial e eletrônico* (8. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020); *Registro de preços: aspectos práticos e jurídicos* (2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013, em coautoria com Edgar Guimarães); *Licitação pública e contrato administrativo* (4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015); *Licitações e contratos das estatais* (Belo Horizonte: Fórum, 2018, em coautoria com Pedro de Menezes Niebuhr); e *Regime emergencial de contratação pública para o enfrentamento à pandemia do covid-19* (Belo Horizonte: Fórum, 2020), além de diversos artigos e ensaios publicados em revistas especializadas.



Ricardo Alexandre Sampaio

Advogado. Consultor na área de licitações e contratos. Foi Diretor Técnico da Consultoria Zênite. Integrante da Equipe de Redação da *Revista Zênite ILC – Informativo de Licitações e Contratos* e da Equipe de Consultores Zênite. Colaborador da obra *Lei de licitações e contratos anotada* (6. ed. Zênite, 2005). Autor de diversos artigos jurídicos.



Requisitos técnicos recomendados:

Para o bom o funcionamento da plataforma, recomendamos as seguintes especificações técnicas mínimas:

Computador: Processador i3 3Ghz Dual Core / 4Gb RAM / Internet de 10mbps (de preferência por cabo)

Browser: Utilizar o Google Chrome, preferencialmente

Banda ideal: Inbound participante: 3 mbps

A transmissão dos cursos se dá dentro do ambiente da Zênite (www.zeniteonline.com.br), sendo que para acessar a plataforma do curso e os conteúdos disponibilizados, é necessário que sua rede (privativa ou corporativa) tenha liberada a reprodução de mídias streaming e permita acesso aos domínios:

<https://zeniteonline.com.br> *.pluz.app; *.clickmeeting.com; <https://player.vimeo.com>; *.vimeo.com; *.vimeocdn.com; *.magisto.com; *.akamaized.net; *.cloudfront.net

IMPORTANTE: Se essas especificações não forem atendidas, a qualidade do recebimento da transmissão do curso (áudio e vídeo) poderá ficar prejudicada.

Aula 1 e 2 – Professor: Gustavo Henrique Carvalho Schiefler

Dias 12 e 13 de abril, das 15h às 18h

IDENTIFICAÇÃO DOS VÍCIOS: CONSEQUÊNCIAS NO PROCEDIMENTO E A RESPONSABILIZAÇÃO DO AGENTE

- 01 O que são vícios?
- 02 Quais condutas podem ser adotadas pelo agente público diante de um vício?
- 03 Vícios convalidáveis e os que produzem anulação – Entendimentos do Judiciário e do TCU
- 04 Nova Lei de Licitações e a disciplina sobre saneamento de vícios
- 05 LINDB e os impactos no regime de invalidação ou convalidação de atos e contratos
- 06 Escolhas e decisões nas contratações – Erro e erro grosseiro – Quais falhas geram responsabilização dos agentes e quais não geram? – LINDB e as decisões do TCU

VÍCIOS MAIS COMUNS NO PLANEJAMENTO DA LICITAÇÃO

Definição do objeto

- 07 Escolha da solução e da modelagem de contratação que melhor atende à necessidade administrativa – O que avaliar sob os pontos de vista técnico e econômico?
- 08 Exigências excessivas, irrelevantes e que direcionam – O que pode e o que não pode ser exigido?
- 09 Reunião do objeto em lotes e a divisão em itens – Quando reunir e quando dividir? – Critérios para a escolha – Disciplina da nova Lei

Exigência de amostra ou prova de conceito, certificação, carta de solidariedade

- 10 Como disciplinar? – Cuidados na análise e na decisão
- 11 Nova Lei de Licitações e os instrumentos para a prova de qualidade dos produtos X Entendimentos do TCU

Estudo técnico preliminar e a IN nº 40/2020

- 12** Falta dos estudos técnicos preliminares na instrução do planejamento – Consequências – A importância do ETP na nova Lei de Licitações

Pesquisa de preços de mercado de acordo com a IN nº 73/2020 e elaboração de planilhas

- 13** Onde, como e quando pesquisar? – Orientações da IN nº 73/2020
- 14** Métodos para a estimativa de preços com base nos preços pesquisados
- 15** Discrepâncias entre os resultados
- 16** Instrução do processo – O que deve ser juntado para uma instrução segura?
- 17** Elaboração da planilha de preços pela Administração – Contratações que exigem a elaboração da planilha
- 18** Definição de preço estimado e de preço máximo – Quando definir preço estimado ou máximo?
- 19** Sigilo do orçamento no pregão eletrônico de acordo com Decreto nº 10.024/2019 e a disciplina na nova Lei de Licitações
- 20** Erros na pesquisa e na definição dos preços estimado e máximo – Quem responde? – O pregoeiro pode ser responsabilizado? – Verificação no julgamento ou no contrato

Aulas 3 e 4 – Professor: Ricardo Alexandre Sampaio

Dias 14 e 15 de abril, das 15h às 18h

VÍCIOS MAIS COMUNS NA FASE EXTERNA E NO JULGAMENTO DO PREGÃO

- 21** Defeitos na proposta e nos documentos de habilitação – Limites no regime atual e na nova Lei – Defeitos que podem ser corrigidos
- 22** Requisitos técnicos exigidos no edital X Descrição do objeto/serviço na proposta comercial – Divergência – Quando desclassificar, diligenciar ou corrigir e quais os limites? – Disciplina do Decreto nº 10.024/2019 e opção pelo saneamento na nova Lei de Licitações
- 23** Falta da indicação da marca na proposta comercial – Consequências
- 24** Propostas alternativas – Indicação de duas marcas e dois preços – Procedimento
- 25** Número de correções aceitáveis na planilha de preços do vencedor
- 26** Saneamento da planilha de custos X Alteração de preços unitários e global – Regras da IN nº 05/2017

- 27** Envio de documentos de habilitação com a proposta comercial, envio de documentação complementar – Saneamento de falhas – Limites – Disciplina do Decreto nº 10.024/2019 e da nova Lei de Licitações
- 28** Diligências – Quando e quais os limites para o saneamento?

VÍCIOS MAIS COMUNS NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 29** Quando o Sistema de Registro de Preços é uma opção? – Regime atual e da nova Lei
- 30** SRP para contratação de obra – Regime atual e da nova Lei
- 31** Prazo de validade da ata e a possibilidade de prorrogação – Regime atual e da nova Lei
- 32** Formalização de ata por dispensa ou inexigibilidade – Regime atual e da nova Lei
- 33** Aquisição de apenas um item de um lote registrado na ata de registro de preços – Regime atual e da nova Lei
- 34** Realizar licitação X Aderir a uma ata de SRP vigente – O que deve basear e justificar essa escolha? Avaliação pelo órgão gerenciador – Limites à adesão – Regime atual e da nova Lei
- 35** Exigências e formalidades para a adesão – Elaboração de ETP e TR para adesão à ata
- 36** Análise de legalidade pela assessoria jurídica do carona para a adesão à ata

Aulas 5 – Professor: Joel de Menezes Niebuhr

Dia 16 de abril, das 15h às 18h

VÍCIOS MAIS COMUNS NOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO DIRETA

- 37** Dispensa pelo valor e parcelamento indevido – Caracterização de “parcelas de uma mesma obra, serviço e compra”, “mesma natureza”, “mesmo local” e “que possam ser executados conjunta e concomitantemente” – Orientações do TCU – Regime da Lei nº 8.666/1993 e da nova Lei
- 38** Dispensa por emergência – Falhas no planejamento, prazo máximo e prorrogação – Orientações do TCU – Regime da Lei nº 8.666/1993 e da nova Lei
- 39** Rescisão e a contratação de remanescente de obras, serviços e fornecimentos – Rescisão unilateral e por acordo – Vinculação ao preço e à planilha do contrato original – Orientações do TCU – Regime da Lei nº 8.666/1993 e da nova Lei
- 40** Inexigibilidade com fornecedor/prestador exclusivo – Necessidade X solução exclusiva – Compras (fornecimento) e serviços? – Caracterização da exclusividade – Entendimentos do TCU e da AGU – Regime da Lei nº 8.666/1993 e da nova Lei

- 41 Inexigibilidade – Serviço técnico especializado, singular, prestado por profissional/empresa notoriamente especializado – Caracterização da singularidade e da notória especialização – Entendimentos do TCU e da AGU – Regime da Lei nº 8.666/1993 e da nova Lei
- 42 Formalização da dispensa e inexigibilidade – Pontos de maior atenção para a instrução segura e nas justificativas – Orientações do TCU – Regime da Lei nº 8.666/1993 e da nova Lei
- 43 Justificativa do preço na dispensa e na inexigibilidade – Quais as orientações do TCU – IN nº 73/2020 e a disciplina da nova Lei

Investimento:

R\$ 1.890,00/participante

- ☒ Lei digital: *Lei de licitações e contratos administrativos* e legislação correlata sobre contratação pública
- ☒ Apostila digital específica do curso
- ☒ Certificado

* O certificado será enviado para o e-mail indicado na inscrição até 15 dias após o término do curso (última aula). O percentual da frequência que constará do certificado será calculado de acordo com presença nas aulas on-line (ao vivo) verificada pelo acesso de login e senha no sistema por inscrição/aluno.

* Cada senha de acesso à sala virtual dá direito a um único acesso e certificação. A senha não deve ser compartilhada.

* É vedada a captação de som ou imagem das aulas, bem como seu compartilhamento por qualquer meio ou mídia.

* A ZÊNITE reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso ou, ainda, reagendar data/horários de realização, comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).

Pagamento

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em nome de ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A., CNPJ 86.781.069/0001-15.

Envio de Nota de Empenho / Ordem de Serviço ou Autorização de fornecimento, com posterior pagamento através de uma das contas bancárias indicadas:



Banco do Brasil - Ag. 3041-4 • c/c 84229-X



Caixa Econômica - Ag. 1525-3 • c/c 1566-2



Banco Santander - Ag. 3837 • c/c 130017258



Banco Itaú - Ag. 3833 • c/c 63040-7



Banco Bradesco - Ag. 2559 • c/c 26622-1

OBSERVAÇÃO: Para o mercado privado, outras opções de pagamento estarão disponíveis, como:

- Boleto
- Transferência bancária
- Depósito

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

(41) 2109-8666

evento@zenite.com.br

www.zenite.com.br